



DOI: 10.12957/transversos.2020.46527

CONFLITOS E DISPUTAS NA ALIANÇA PT E PMDB NA ELEIÇÃO DE 2010

CONFLICTS AND DISPUTES IN THE PT AND PMDB ALLIANCE IN THE 2010 ELECTION

Cássio Augusto Guilherme

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
cassionl@yahoo.com.br

Resumo

A história da aliança política entre PT e PMDB ainda está por ser totalmente escrita e compreendida e este artigo objetiva contribuir com o debate historiográfico. Discute-se aqui a hipótese de que esta aliança política já nasceu conflituosa: Michel Temer não era o nome mais querido por Dilma e pelo PT; sempre houve desconfiança mútua entre as partes; já durante a campanha, o PMDB e aliados flertaram com um bloco para pressionar a presidenta; peemedebistas já estavam ressentidos antes mesmo da votação; a disputa por ministérios, pela presidência das Casas Legislativas e por cargos de segundo escalão escancaram os ressentimentos. Para tanto, usa-se o jornal *O Estado de S. Paulo* tanto como fonte como objetivo de análise, em debate com parte da bibliografia já existente.

Palavras-chave: PT, PMDB, Dilma, 2010, *Estadão*.

Abstract

The history of the political alliance between PT and PMDB is yet to be fully written and understood and this article aims to contribute to this historiographical debate. It is hypothesized that this political alliance was already created out of conflict: Michel Temer was not the favorite name for Dilma and for PT; there has always been mutual distrust between these parts; since their political campaign, PMDB and allies conspired with another bloc to pressure the president; PMDB supporters were already resentful even before the vote; the dispute for ministries, for the presidency of the Legislative Houses and for second-level positions has opened grudges. For this purpose, the newspaper *O Estado de S. Paulo* is used as both a source and an objective of analysis, in debate with part of the existing bibliography.

Keywords: PT, PMDB, Dilma, 2010, *Estadão*.

1. Introdução

Há uma série de elementos que, somados, explicam a deposição da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, por meio de um *impeachment* que mais se pareceu com um golpe parlamentar. A crise do lulismo não pode ser compreendida levando-se em conta apenas um

fator. Há já uma considerável bibliografia que analisa e discute os fatos do Brasil recente a partir de várias perspectivas: Pode-se considerar a decisiva influência da imprensa na legitimação da narrativa *pró-impeachment* (GONÇALVES, 2018); o cerco neoliberal e rentista acelerado pelo ajuste fiscal de Dilma (CARVALHO, 2018); a crescente hostilidade das classes médias e altas às políticas de inclusão social promovidas pelos governos do PT e a atuação partidarizada do Judiciário (SOUZA, 2016).

Este artigo dialoga com a perspectiva política da crise do lulismo. Sem rebaixar as demais explicações, comungo com as teses que veem, no jogo político congressional, o fator determinante para o desenrolar da crise que culminou na deposição de Dilma Rousseff e estigmatização do PT. Como defende Wanderley dos Santos, tratou-se de “um golpe de Estado com origem e sustentação parlamentares [...] o comando de todo o processo permaneceu em mãos de parlamentares profissionais” (2017: 132). Foi nos bastidores do Congresso que líderes partidários, conspiraram e atuaram pela deposição de Dilma Rousseff. O PMDB, partido do então vice-presidente Michel Temer, é quem liderou – estimulados pela imprensa, classe média, burguesia e protegidos pelo Judiciário – o movimento que reuniu os partidos de centro-direita então aliados aos lulismo – mas insatisfeitos com o quinhão governista ou ressentidos pelo “ensaio republicano” de Dilma –, com os partidos da oposição neoliberal e burguesa, dispostos a voltar ao poder, independente do resultado das urnas. Pressões das ruas, oposição da imprensa e cerco burguês não teriam sucesso na deposição de Dilma sem a efetiva ação dos políticos. A liderança golpista coube ao parlamento.

Para a eleição presidencial de 2010, o então presidente Lula da Silva (PT) foi o artífice de uma inusitada aliança política com o PMDB. Analistas políticos avaliaram que a aposta lulista era ousada e arriscada. Desde a redemocratização, o PMDB se especializou em ser um partido fisiológico que sempre aderiu a qualquer presidente em barganha de troca de votos no Congresso por cargos nos governos. Em uma visão otimista, a futura presidenta Dilma teria sólida base aliada no Parlamento. Não faltaram analistas a alertarem para uma visão realista: a futura presidenta Dilma poderia se tornar refém do apetite fisiológico do PMDB. Em um texto de 2009, o historiador Luiz Felipe de Alencastro externou uma preocupação comum a muitos observadores da época e que, devido ao desenrolar dos acontecimentos futuros, se tornou profética:

Uma presidenciável desprovida de voo próprio na esfera nacional, sem nunca ter tido um voto na vida, estará coligada a um vice que maneja todas as alavancas do Congresso e da máquina partidária peemedebista. Deputado federal há 22

anos seguidos, constituinte, presidente da Câmara por duas vezes (1997-2000 e 2009-2010), presidente do PMDB há oito anos [...] o impasse poderá transformar a ocupante do Alvorada em refém do morador do Palácio do Jaburu [...] a aliança PT-PMDB pode se tornar desastrosa num governo Dilma em que Michel Temer venha a ocupar o cargo de vice-presidente (2016: 20-21).

Como contribuição à historiografia sobre o tema, este artigo trabalha a aliança eleitoral entre PT e PMDB na eleição presidencial de 2010 a partir do que foi narrado e comentado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão* ou *OESP*)¹. A escolha do periódico se justifica pela experiência deste historiador no trato com ele sobre outros recortes, bem como o fato de ser o único dos grandes jornais a declarar preferência eleitoral anti-PT e pró-PSDB em todas as eleições presidenciais desde 1994 (GUILHERME, 2018). Utilizo o *Estadão*, ao mesmo tempo, como fonte e objeto nos termos elencados e defendidos por Tania Regina de Luca (2011). Ou seja, embora sabedor de que a imprensa não é ator desinteressado na luta política e que, a cada edição, faz uma seleção ideologizada do que levar ao seu leitor, “as renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2011: 128) e como complementa Jean-Jacques, a imprensa é “produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações” (BECKER, 2003: 196-197).

Para a discussão política, este artigo dialoga com dois autores e suas teses. Do filósofo Marcos Nobre (2013), emprestamos o conceito de “pemedebismo” para interpretar as posições tomadas pelo PMDB ao longo da eleição de 2010. Do cientista político André Singer (2018), além do conceito de “lulismo” subjacente a todo este artigo, avaliamos sua tese de que a presidenta Dilma, ao fazer um “ensaio republicano” para limitar os esquemas fisiológicos do PMDB, acabou por “cutucar onças com varas curtas”, irritando o partido. Espera-se que o olhar vertical em todas as edições publicadas pelo jornal em 2010 traga detalhes, aspas dos atores políticos e avaliações editoriais sobre estas questões. Defende-se aqui a tese de que esta aliança era conflituosa antes mesmo de ser oficialmente selada.

¹ Por conta da limitação de espaço, apenas um periódico da grande imprensa é analisado, o que em si não depõe contra o trabalho. Fica-se a esperança de que esta metodologia de olhar detalhista e vertical seja replicado tendo outros jornais e revistas como fonte e objeto, para então ampliar consideravelmente o conhecimento e compreensão sobre o tema.

2. Breve histórico do PMDB na Nova República:

Desde o fim da Ditadura Militar, o PMDB foi o partido que mais esteve presente em coalizões governistas e sustentou os “presidencialismos de coalisão” (GUILHERME, 2017). Para Natália Maciel (2014), o partido se tornou peça chave por conta de seu grande número de parlamentares no Congresso Federal, maior número de diretórios municipais, vereadores, deputados estaduais e governadores em todo o país, o que o fez o partido com o maior poder de barganha no sistema político brasileiro. No argumento do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, desde a redemocratização, o PMDB e seus líderes “não tem histórico de estadistas, mesmo que reacionários, mas de habilíssimos articuladores parlamentares” (2017, p. 7).

Marcos Nobre conceitua como pemedebismo a cultura parlamentar que emergiu do processo da Constituinte de 1988, tomou forma no *impeachment* do presidente Collor de Mello e se consolidou nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Este pemedebismo consiste na união do “campo político” (BOURDIEU, 2011a e BOURDIEU, 2011b) para neutralização das demandas sociais e autoblindagem dos próprios políticos ante o dirigismo do poder Executivo, as punições do poder Judiciário, bem como dos anseios de ampliação da participação popular na democracia.

Embora o pemedebismo não se restrinja ao PMDB, foi este partido que o gestou e o comanda no Congresso. Desde o governo FHC, o pemedebismo é uma prática comum no parlamento cujas características são: estar no governo, independente de quem seja o presidente; atuar na chantagem política ao presidente; a entrega de votos no Congresso em troca de verbas parlamentares e cargos em todos os escalões da máquina pública. Tradicionalmente, partidos como os atuais Progressistas (ex-PP), PTB, PSD, PSC, Solidariedade e, principalmente, o PMDB (atual MDB) atuam a partir da lógica pemedebista.

Os governos que tentam romper com a lógica pemedebista no parlamento, encontram enorme resistência. “Nunca foi fácil conviver com o PMDB [...] sempre que um presidente achou que poderia engolir o PMDB foi triturado” (ALMEIDA, 2016: 92). Coincidência ou não, os dois únicos que o ensaiaram – Fernando Collor e Dilma Rousseff – foram afastados da presidência a partir de procedimentos internos do parlamento – com considerável apoio de parcelas da sociedade. FHC costumava reclamar das chantagens sofridas no começo do governo, mas logo

percebeu que precisava domar o ímpeto do PMDB e se aliou aos grupos de José Sarney no Senado e Michel Temer, na Câmara (GUILHERME, 2017).

Historicamente, o PT fez política em oposição ao pemedebismo como modo de operação parlamentar. De início, Lula optou por governar com apoio da pequena aliança eleitoral à esquerda e barganhas pontuais ao centro pemedebista. As dificuldades iniciais levaram Lula a ceder ministérios ao PMDB já em 2004, em acordo com o grupo de José Sarney no Senado. A crise política do “mensalão” resultou na entrada definitiva do partido no governo a partir de acordo de Lula com o grupo de Michel Temer na Câmara (GUILHERME, 2017). Uma vez que a política lulista consistia em um reformismo que não estimulava a luta de classes (SINGER, 2012) e a entrada do PMDB significou certa aliança com o empresariado, o governo Lula teve êxito em promover mudanças sociais, contornando os vetos do pemedebismo, que então passou a ser dirigido à esquerda, pelo PT (NOBRE, 2013).

3. A aliança e escolha de Michel Temer:

Em 2002, o PMDB cobrou do PSDB a vaga de vice-presidenciável como preço pelo apoio do partido às privatizações, emenda da reeleição e sustentação de um governo impopular. Em 2010, mais uma vez, o partido sentiu-se apto a pleitear a mesma vaga, desta vez do PT, como recompensa pelo apoio parlamentar às políticas reformistas do presidente Lula. Se em 2002 o nome indicado pelo partido era o de Rita Camata, uma deputada de pouca expressão – escolha talvez feita por conta da provável derrota do candidato governista naquela eleição –, em 2010 – com o cenário político apontando para uma provável e tranquila vitória da candidata governista – o PMDB logo indicou o nome de Michel Temer, verdadeiro líder do pemedebismo no Congresso, presidente do partido desde 2002, fiel escudeiro de FHC nos anos 1990 e presidente da Câmara dos Deputados por três vezes.

A candidata petista Dilma Rousseff herdou este pacto político entre o lulismo e o pemedebismo. Esperava-se dela a continuação do gerenciamento do pemedebismo à esquerda. Porém, tanto o PMDB tinha outros planos mais audaciosos, como a própria Dilma e setores do PT, sem confiarem nas “velhas raposas” peemedebistas², procuraram, desde o ano de 2010, afastar o neo-aliado dos centros de decisão política e dos cargos estatais que historicamente ocupavam.

² A expressão é de Natália Maciel (2014).

No final do mês de outubro de 2009, já com a pré-candidatura da ministra Dilma Rousseff sendo do conhecimento de todos, o presidente Lula se reuniu com a cúpula do PMDB. Foi fechado um pré-compromisso para a formação de uma chapa conjunta para a eleição de 2010 em que PT e PMDB partilhariam a coordenação da campanha e a elaboração de um plano de governo. Embora publicamente o acordo não tratasse de nomes para a vaga de vice-presidente, o *Estadão* apontou que Michel Temer, o peemedebista que liderou o partido na reunião com Lula, era o favorito³.

Em dezembro do mesmo ano, uma fala de Lula já tumultuou o acordo. Preocupado com a possível indicação de um “nome forte” do PMDB, o presidente então sugeriu que “o correto” seria o partido apresentar uma lista tríplice e que o vice fosse então escolhido por Dilma Rousseff, pois, segundo ele, “quem escolhe o vice é o candidato” líder na chapa. Naquele momento, segundo o jornal, além de Temer, líder do partido, também o ministro Edison Lobão, preferido do grupo de Sarney e dos senadores, disputava a indicação. Henrique Eduardo Alves, do grupo temerista e líder do PMDB na Câmara, reagiu à declaração dizendo que cabe apenas ao PMDB a decisão de indicar o candidato a vice. Também os opositores internos da aliança aproveitaram a rusga para insinuar que o PMDB ainda poderia se aliar ao PSDB na eleição⁴.

Nos primeiros meses de 2010, houve intensas articulações e trocas públicas de alfinetadas entre petistas e peemedebistas até a confirmação de Michel Temer como o candidato a vice-presidente. Na narrativa que o *Estadão* apresentou aos seus leitores, de início, o PT mostrou preferência pelo ministro Hélio Costa, que também se dizia interessado e disposto a pleitear a vaga. Percebendo a deixa, Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, insinuava-se para que o presidente Lula o ajudasse, mas sua neo-filiação ao PMDB era ponto contra, pois, segundo o jornal, o partido preferia “indicar alguém que os represente mais diretamente, como o presidente da Câmara, deputado Michel Temer”⁵.

Para o jornal, o PMDB se convenceu de que estava “em curso a fritura” de seu presidente partidário e então passou a se movimentar para “mostrar que está fechado com Temer”. Henrique Alves, Edison Lobão, Romero Jucá e Renan Calheiros, os “governistas” da cúpula partidária, decidiram antecipar a Convenção Nacional que elegeria o presidente do partido para o próximo

³ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 21/10/2009, p. A6.

⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 11/12/2009, p. A10; 12/12/2009, p. A8 e 13/12/2009, p. A8.

⁵ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 01/01/2010, p. A4; 08/01/2010, p. A8; 11/01/2010, p. A6 e 27/01/2010, p. A7.

biênio. A ideia era reeleger Michel Temer, colocá-lo como o único negociador para composição da chapa, “criar um fato consumado e impor ao Planalto o nome do presidente da Câmara”⁶.

Mesmo assim, o jornal ainda afirmava que o “comando da campanha de Dilma quer apoio de aliados para rifar Temer”. Segundo a reportagem, o PT manobrava para que os demais partidos aliados vetassem o nome de Temer a vice na chapa. Os argumentos eram variados: Temer não agrega votos; não é bem querido pelos demais partidos do bloco; foi citado na Operação Castelo de Areia como beneficiário de propina da construtora Camargo Corrêa⁷. A reação do PMDB foi imediata: Temer classificou a manobra petista de “deselegante”; integrantes da cúpula ameaçaram abandonar a chapa e apoiar o PSDB; mesmo parlamentares opositores à aliança, como o deputado Darcísio Perondi, defenderam o nome de Temer, sem contar os temeristas Romero Jucá e Eduardo Cunha que declarou: “nós não aceitaremos veto”⁸.

Este movimento do PMDB forçou os petistas Fernando Pimentel e Alexandre Padilha a irem a público elogiar Michel Temer e parabenizá-lo pela recondução à presidência partidária⁹. Na avaliação do jornal, todo este esforço do PMDB para emplacar Michel Temer como vice na chapa “vai além do posto” e faz parte de “um projeto de poder” do partido. Para a cúpula peemedebista, Temer era o único com experiência congressual e força política nos bastidores para “proteger’ o partido nas disputas com o PT” e “garantir um quinhão privilegiado de poder no núcleo palaciano do futuro governo”. Nas palavras de Henrique Alves, líder do partido na Câmara, por ser um “homem do Legislativo”, Temer é o nome mais capacitado para debater no Congresso os interesses do futuro governo. Segundo o *Estadão*, “o que mais preocupava o PT” era justamente a perspectiva de que Temer ocupe o espaço de principal interlocutor congressual¹⁰.

Mantendo a tradição, a Convenção do PMDB foi marcada por disputas judiciais e liminares concedidas e cassadas na véspera. A reeleição de Temer foi aprovada por 591 dos 597 convencionais presentes. O *Estadão* abriu aspas para os peemedebistas mandarem recados ao PT. Michel Temer declarou que “O PMDB precisa de muito mais espaço nacional”; o deputado Eduardo Cunha disse que era preciso “fortalecer Temer e a aliança com o PT”; o ex-ministro Geddel Vieira Lima comemorou porque Temer era o nome “que mais aglutina forças” no partido.

⁶ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 21/01/2010, p. A6; 22/01/2010, p. A6 e 26/01/2010, p. A4.

⁷ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 26/01/2010, p. A4 e 27/01/2010, p. A7.

⁸ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 27/01/2010, p. A7 e 28/01/2010, p. A6.

⁹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 30/01/2010, p. A6.

¹⁰ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 31/01/2010, p. A8.

Temer deu entrevista exclusiva para o jornal. Apesar da insistência da repórter em perguntas que pretendiam indispor-lo ao PT, Temer soube se esquivar da polêmica e: declarou não fazer questão de ser o candidato a vice-presidente; reconheceu que “o PMDB precisa de muito mais espaço nacional” e defendeu que sem o partido “não há condições de conduzir o País”¹¹. Dilma telefonou para dar-lhe os parabéns pela reeleição e segundo o *Estadão*, petistas declararam que isso reforçava o compromisso do PMDB com a aliança governista. Como consequência, o presidente Lula da Silva acatou a indicação de Temer ao escolher Wagner Rossi para o ministério da Agricultura¹².

Reeleito, Temer logo determinou a criação de uma comissão para elaborar o programa de governo do PMDB. Formada por Henrique Meirelles, Nelson Jobim, Delfim Netto e colaboração de Mangabeira Unger e Moreira Franco, a missão do grupo de trabalho era, segundo Henrique Alves, fazer um programa “que mostre a cara do PMDB, que é de equilíbrio e bom senso” e, assim, “resgatar a postura de centro e equilibrada” do partido. Na avaliação do *Estadão*, o objetivo do partido era “se contrapor” ao programa já elaborado pelo PT. Nas declarações dos peemedebistas, a “junção dos programas” serviria para levar ao centro o “programa do PT, mais radical”¹³.

Sobre este tema, André Singer aponta que, enquanto o PT apresentou um programa de governo para intensificar o reformismo lulista com mais presença do Estado na economia via o fortalecimento dos bancos públicos e das empresas estatais, o PMDB apresentou um programa oposto: contenção de gastos públicos, reforma trabalhista e da previdência:

Ao fazer-se portador das preocupações do capital, o PMDB bloqueou, dentro da coligação que acabou vitoriosa em 2010, o avanço das correntes que procuravam intensificar o reformismo lulista [...] A incompatibilidade entre os programas apresentados pelo PMDB e pelo PT parece ter tornado impossível a síntese [...] O PMDB lidera um bloco de partidos de direita que busca, no interior do lulismo, anular a influência de correntes de esquerda ainda existentes no PT (2012: 217)

Em meados de maio, o PMDB indicou e, no começo de junho, confirmou o nome de Michel Temer a vice e a consolidação da chapa presidencial PT-PMDB. O indicado declarou: “é claro que serei um vice nos limites da Constituição, porque sou legalista. E serei extremamente

¹¹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 02/10/2010, p. A6 e 07/10/2010, p. A4.

¹² Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 09/02/2010, p. A7 e 31/03/2010, p. A8.

¹³ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 09/02/2010, p. A7; 02/03/2010, p. A7 e 19/03/2010, p. A4.

discreto, como convém ao vice”. Dilma subiu ao palco da Convenção peemedebista e saudou a “grande frente pelo Brasil”. Os peemedebistas estavam mais eufóricos ainda. Geddel Vieira Lima não se furtou em declarar as reais pretensões dos peemedebistas: “não vai haver um eventual governo Dilma. Vai haver um eventual governo Dilma e Temer. Vamos ganhar juntos e governar juntos”. José Sarney afirmou que “sem o PMDB o Brasil não teria chegado, nas mãos de Lula, a um novo patamar social”. A aliança adicionou mais de 5 minutos diários na televisão para a candidata Dilma¹⁴.

Michel Temer concedeu mais uma entrevista exclusiva ao *Estadão*. Afirmou que exigiria participação do PMDB na definição dos rumos estratégicos da campanha e adiantou duas “propostas” de governo: uma poupança para as crianças beneficiadas pelo Bolsa Família e a extensão do ProUni para o ensino médio. Porém, na página seguinte, o mesmo jornal foi mais realista: o PMDB está “cheio de apetite” por mais cargos e espaço no Poder Executivo e seu plano de governo alternativo prevê “limitar o crescimento do gasto público corrente ao teto de 2% abaixo do crescimento do PIB” e uma reforma educacional que priorize os ensinamentos de língua portuguesa e matemática, como explicou Elizeu Padilha, o peemedebista “expoente da ala mais afinado com o tucano José Serra”, como reconheceu o periódico¹⁵.

Escrevendo em 2018, o psicanalista Tales Ab’Saber descreveu o personagem Michel Temer e a subjetividade política que ele representa. Apesar de longa e recortada, a citação é importante para pensar o perfil do indicado pelo PMDB que passaria a dividir o poder com a presidenta Dilma Rousseff, uma mulher com trajetória e perfil oposto ao de seu colega de chapa:

Temer faz parte da estirpe dos homens mediocres do poder brasileiro. Nada nele é especial, fascinante ou criativo. Nada nele nunca surpreende, brilha ou dá esperança. Seu mundo é o dos gabinetes e dos acordos de bastidores [...] Seu universo de corpo e espírito [...] é o mundo da infraestrutura política, onde as decisões indizíveis são tomadas e os acordos das facções da política são feitos [...] Ainda, nesse mundo são as mais tradicionais oligarquias políticas brasileiras, tradicionalmente fisiológicas, patrimonialistas e antissociais, meio modernizadas, que ele representa, e das quais se tornou líder. Um líder vazio [...] Temer é homem do controle das máquinas burocráticas de partido, dos almoços e dos tratos dos donos do poder entre si, os ricos entre si [...] Homem de classe média conservadora paulistana, cujo horizonte é apenas a ascensão reprodutiva de todos os preconceitos fundamentais e da própria estrutura social pré-existentes do poder [...] tipo de sujeito político, avesso a qualquer sonho ou desejo de transformação, incapaz de questionar o poder em qualquer nível [...] praticamente sem nunca ter vindo à praça pública expressar uma mísera ideia

¹⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 19/05/2010, p. A4; 13/06/2010, p. A12 e 15/06/2010, p. A7.

¹⁵ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 27/05/2010, p. A6 e A7.

de comprometimento. Sempre indicado pelo alto, sempre alavancado para cima e sempre sustentando e articulando interesses dos que estão, como ele próprio, dentro do jogo [...] Temer foi e é um lobista de partido, de negócios e da própria democracia, no sentido de que o lobista vive a política na interioridade privada dos interesses, nos lobbies dos hotéis, nas antessalas dos palácios, nas conversas a portas fechadas [...] um articulador decoroso do vínculo capital política, controlador cordial de grandes bancadas de interesse (2018: 13-18)

Neste período, foram intensas também as discussões entre os dois partidos para tentar resolver a formação dos palanques estaduais¹⁶. O *Estadão* sempre repercutiu a dificuldade de se manter a aliança nacional em alguns estados da Federação. Os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina eram dados como perdidos, devido à grande rejeição dos peemedebistas ao PT¹⁷. Para “conter dissidentes que negam apoio à chapa” presidencial, o jornal noticiou que o PMDB solicitava aos diretórios estaduais que, nos programas eleitorais no rádio e televisão, os peemedebistas evitassem críticas ao PT, aos petistas e à candidata Dilma Rousseff – chapa da qual o PMDB tinha o candidato a vice – mas liberou-as nos comícios e nas ruas¹⁸. Ou seja, o fato é que, embora houvesse uma aliança formal em torno da candidata Dilma, na prática, muitos diretórios e líderes do PMDB traíram a aliança, fizeram campanha e votaram em José Serra (PSDB), o candidato de oposição. A articulista Dora Kramer avaliou que esta relação entre PT e PMDB dá “a nítida impressão de que as coisas entre eles parecem tão certas como 2 mais 2 são 5”.

Negociações intensas aconteceram pelos estados da Bahia e Minas Gerais. No primeiro caso, o ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB) insistiu em lançar-se candidato contra a reeleição do governador Jacques Wagner (PT) e a requisitar de Lula e Dilma declarações a seu favor. Em Minas, a liderança do ministro Hélio Costa (PMDB) nas pesquisas, convenceu o PT a retirar sua candidatura¹⁹. Ao fim, PT e PMDB se aliaram na mesma chapa em 14 estados²⁰, foram adversários diretos em 5 estados²¹ e se uniram a outros partidos em 7 estados²². Houve ainda um caso²³ em que o PMDB não se coligou com ninguém.

¹⁶ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 08/05/2010, p. A6.

¹⁷ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 14/05/2010, p. A6 e 18/06/2010, p. A7.

¹⁸ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 08/06/2010, p. A4.

¹⁹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 16/04/2010, p. A10 e 28/06/2010, p. A6.

²⁰ Os estados de MT, GO, TO, MA, PI, CE, PB, SE, AL, MG, DF, ES, RJ e PR.

²¹ Os estados de RO, PA, MS, BA e SP.

²² Os estados de AC, AM, RR, AP, PE, SC e RS.

²³ O estado do RN.

4. Uma campanha de desconfianças mútuas:

Ao longo do primeiro turno, o *Estadão* reportou a relação PT e PMDB em pleitos estaduais. Foi na Bahia, onde o natural apoio de Dilma e Lula ao petista Jacques Wagner irritou o peemedebista Geddel Vieira Lima. Segundo o jornal, o ex-ministro esperava ser “o Dilmo da Dilma” e ocupar lugar de destaque no cenário político dos anos seguintes, mas sentiu-se “humilhado pelo lulismo e partiu para o confronto”²⁴. O periódico reporta que Geddel “não esconde mágoa com Dilma”, mas que é leal a Temer, pois este sempre esteve ao seu lado²⁵. Em outra reportagem já próxima da votação em que Dilma se parecia vencer no primeiro turno, peemedebistas do interior de São Paulo que apoiavam José Serra passaram a declarar apoio à candidata governista²⁶. No segundo turno, o diretório estadual do Rio Grande do Sul recomendou voto em José Serra²⁷.

Durante a campanha, o PT articulou a formação de uma “frente de esquerda” com os partidos do mesmo campo ideológico (PSB, PCdoB e PDT). Projeções apontavam que, juntos, eles poderiam eleger cerca de 200 deputados a darem sustentação parlamentar às políticas sociais da presidenta Dilma. Segundo o jornal, a articulação desta frente visava “barrar a forte ascensão política do PMDB num próximo governo”, o que preocupava os petistas²⁸. Porém, o articulista João Bosco Rabello escreveu no jornal que o mais provável era que o PMDB se tornasse um “fator moderador” ante o ímpeto desenvolvimentista que Dilma prometia imprimir ao seu governo. Segundo ele, o PMDB tem a característica de ser “um consórcio de interesses regionais cuja ideologia é a ocupação de espaços” e Michel Temer “tem sido o fiador, junto a empresários” no eventual futuro governo²⁹.

A campanha eleitoral mal tinha começado e o *Estadão* estampou em forte manchete um tema que seria recorrente em suas publicações e, também, motivo para intensas declarações de ambos os partidos: “A 42 dias da eleição, PMDB reivindica dividir poder ‘meio a meio’ com PT: em caso de vitória de Dilma, partido de Temer deixaria de agir como ‘convidado’, passando a atuar como um dos ‘donos da casa’”. O jornal repercute os planos peemedebistas: dividir meio a meio o núcleo político do Planalto; garantir o ministério da Economia para Henrique Meirelles;

²⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 28/06/2010, p. A6 e 12/09/2010, p. A10.

²⁵ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 09/10/2010, p. A8.

²⁶ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 24/09/2010, p. A10.

²⁷ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 16/10/2010, p. A8.

²⁸ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 26/09/2010, p. A17.

²⁹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 18/07/2010, p. A14.

ter o controle do mesmo número de ministérios que o PT; manter o controle dos “cargos de sempre nas estatais”; ter a presidência da Câmara e do Senado³⁰.

Para justificar tamanha pretensão, os peemedebistas tinham um argumento que, a princípio, fazia sentido: se Dilma ganhar, o PMDB não seria mais um “convidado” a integrar o governo, como foi com Lula, mas, sim, “um dos donos” do governo, uma vez que o governo seria fruto de uma aliança político-eleitoral que tinha o presidente do PMDB como vice-presidente na chapa vencedora. Em público, porém, Michel Temer negou que seu partido tivesse tais pretensões e a direção do PT havia pedido que o aliado se abstivesse de tratar do assunto durante a campanha³¹.

No mês seguinte, o jornal publicou como o PT planejava reagir à investida do neo-aliado: “Partido planeja controlar Fazenda, Educação, Saúde, Casa Civil e Banco Central, as megaestatais Petrobrás e Petro-Sal, além de obter presidência da Câmara dos Deputados”. Ou seja, ao pretender manter um governo de maioria petista e o controle dos principais ministérios da área social, política e econômica e reconquistar a presidência da Câmara, o PT confrontava as pretensões do PMDB³². Embora em toda aliança política exista natural disputa por espaços, nesta parecia ser maior a complexidade para chegar-se a um acordo, também por conta das antagônicas posições ideológicas dos que precisariam partilhar o poder, mas principalmente por haver histórica desconfiança mútua entre os aliados.

Diante de tais disputas públicas e no calor da campanha, o candidato José Serra chamou Michel Temer de “mercadoria”, enquanto Ciro Gomes – ressentido por ter sido preterido na escolha como candidato governista – chamou o PMDB de “ajuntamento de assaltantes” comandados por Michel Temer. Os articulistas do *Estadão* comentaram a disputa entre os aliados. Para Dora Kramer, o PMDB pretendia fazer com Dilma o mesmo que fizeram com o então presidente José Sarney: uma “tutela fisiológica”. João Bosco Rabello via que o PMDB, ao cobrar maior participação nas decisões de campanha, fazia “jogo duro” com o PT por “já marcar território” para deixar de ser coadjuvante na futura aliança governista³³.

5. Vitória eleitoral e a divisão do butim:

³⁰ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 22/08/2010, p. A4.

³¹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 22/08/2010, p. A4; 28/08/2010, p. A6 e 24/08/2010, p. A4.

³² Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 19/09/2010, p. A4.

³³ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 06/08/2010, p. A8; 10/10/2010, p. A10 e 24/10/2010, p. A12.

O *Estadão* creditou a eleição da chapa Dilma-Temer como “a vitória de Lula”³⁴. O mérito de Dilma foi apenas o que “inspirar confiança” em dar continuidade às políticas lulistas³⁵. Na primeira reportagem sobre a transição de governo, o jornal estampou o tema que seria o mais recorrente em suas páginas até o final do ano de 2010: “PT e PMDB começam disputa por espaço no governo Dilma: na 1ª reunião sobre transição, que Dutra e Palocci vão comandar, peemedebista algum foi chamado; partido avisa que petistas ‘não vão governar sozinho’”³⁶.

Na primeira reunião comandada pela eleita Dilma Rousseff, apenas petistas estiveram presentes. Nenhum político do PMDB, nem mesmo Michel Temer, eleito como vice, foi convidado. Na narrativa apresentada pelo *Estadão* aos seus leitores, entre os peemedebistas, o clima era de decepção pela ausência na primeira reunião, mas, principalmente, “a certeza de que o partido será tratado assim mesmo, a distância, porque os lugares mais próximos a Dilma estão reservados aos petistas”. A reportagem traz aspas para o deputado Eduardo Cunha: “eles não vão governar sozinhos”³⁷.

No dia seguinte, o jornal traz as novidades sobre a disputa. Diante do impasse e para acalmar a insatisfação dos peemedebistas, a presidenta Dilma fez de Temer o coordenador político da transição. Porém, como declarou José Eduardo Dutra, presidente nacional do PT, esta função de articulação política seria dividida entre os dois e caberia apenas a Dutra negociar os cargos com os demais partidos aliados. O que o PT esperava de Michel Temer é que ele fosse capaz de unir e acalmar os apetites e pressões do PMDB. A reportagem traz falas do vice-presidente eleito: ele admite que havia barreiras do PT para com ele, mas que foram superadas ao longo da campanha; promete trabalhar para tirar do PMDB a imagem de um partido “ávido por cargos”; mas reforçou que o novo governo é de coalizão e por isso é “irracional” o PT imaginar que governará sozinho. Apesar de todas estas promessas, o *Estadão* garante que, em conversas reservadas, os “petistas ainda admitem que só durante e após a transição de governo é que poderão medir o grau de confiança em Temer”³⁸.

Na história do Brasil, foram vários os momentos em que o vice-presidente esteve envolvido em crises políticas. Na primeira semana pós-segundo turno, a CCJ do Senado aprovou

³⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 01/11/2010, p. A1.

³⁵ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 02/11/2010, p. A3.

³⁶ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 02/11/2010, p. H1.

³⁷ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 02/11/2010, p. H2.

³⁸ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 02/11/2010, p. H3 e 03/11/2010, p. A4.

uma emenda que reduzia os poderes do vice a mero “substituto temporário de um presidente”. Entre os itens estava que, em caso de morte, doença grave ou *impeachment* do presidente até completar dois anos de mandato, uma nova eleição deveria ser convocada. Segundo o *Estadão*, Michel Temer considerou a emenda “uma provocação” e seu aliado José Sarney prometia barrar a tramitação do texto em plenário. Os estudiosos ouvidos pelo jornal, porém, apoiaram a proposta de alteração. Para o cientista político Amaury de Souza, Temer chegava ao posto com “poder redobrado”, pois assume como “marechal de um partido que adora cargos e tem imenso poder na coalizão governista” e, caso tenha brecha, “o Temer é um político nato, vai assumir mesmo”³⁹.

O PT elegeu 88 deputados federais e o PMDB ficou com 79 cadeiras. No Senado, o PMDB manteve a maior bancada com 20 senadores, enquanto o PT cresceu para 14 cadeiras. A tradição no Congresso era de que o maior partido comanda a presidência de cada casa legislativa. Conhecidos os resultados das urnas, PT e PMDB travaram uma disputa pública pelas funções. De início, o PT sugeriu um rodízio entre os aliados. Entre 2011-2012, o PT comandaria a Câmara e o PMDB o Senado. No biênio seguinte haveria a inversão⁴⁰.

Pelo PT, quem comandava a discussão era o líder do partido na Câmara, o deputado Cândido Vaccarezza. No PMDB, além de Temer e Sarney, o líder do partido na Câmara, o deputado Henrique Alves é quem se pronunciava. O peemedebista, aliado e muito próximo de Temer declarava não abrir mão de presidir a Câmara já em 2011⁴¹. O *Estadão* noticiava então que o PMDB, em minoria na Câmara, aceitava o rodízio na presidência. Porém, por ter maioria no Senado – que presidia desde 1985⁴² – o partido não admitia rodízio na presidência da Casa⁴³.

O impasse manteve elevado o clima de desconfiança mútua. Temendo que o PT estivesse se articulando para permanecer na presidência da Câmara pelos dois biênios, o PMDB reagiu. De surpresa, o partido anunciou a formação de um “blocão” com o PP, PR, PTB e PSC. Juntos, o “blocão” somaria 202 deputados federais, 55 a menos do necessário para ter uma maioria simples, muito próxima para dominar a presidência e as principais comissões da Casa. A existência de um “blocão” liderado pelo PMDB traria dificuldade e pressão adicional para Dilma

³⁹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 07/11/2010, p. A9.

⁴⁰ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 02/11/2010, p. H2.

⁴¹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 04/11/2010, p. A15.

⁴² Salvo no período entre 1997-2001 quando o Senado foi presidido por Antônio Carlos Magalhães (PFL, atual DEM) e em pequenos períodos de interinidades.

⁴³ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 11/11/2010, p. A4 e 12/11/2010, p. A7.

Rousseff governar e aprovar leis no Congresso. O jornalista Marcelo de Moraes interpretou a manobra para os leitores do jornal: o PMDB pretendia “assegurar o controle do território onde sempre deu as cartas: o Congresso Nacional”, cuja força legislativa é a sua “maior arma”; a formação do “blocão” representa “um recado para a presidente eleita” de que o PMDB espera ser melhor agraciado na formação ministerial, na condução política e nos cargos de segundo escalão⁴⁴.

Em reação, o PT cogitou formar outro bloco com PSB, PDT, PCdoB, PV e PMN, mas foi o presidente Lula quem agiu para desfazer o “blocão do PMDB”. O presidente pressionou os líderes de PR e PP, que logo foram a público negar participação no “blocão”. Michel Temer convocou Henrique Alves e Cândido Vaccarezza para negociar uma trégua. Segundo o *Estadão*, o fato “mostra a guerra fria entre PT e PMDB pela hegemonia de poder na Câmara e no governo da futura presidenta Dilma Rousseff. Pressionados, os partidos-satélites do PMDB sinalizaram o desembarque do blocão”⁴⁵.

Em editorial, o *Estadão* comentou a disputa entre os aliados do futuro governo. Escreveu que o “PMDB joga pesado”. Para o jornal, as atitudes dos peemedebistas partem da insatisfação por não serem tratados como corresponsáveis pela vitória eleitoral, creditada pelos petistas apenas ao lulismo. A tentativa de formar o “blocão” seria a forma que o PMDB encontrou para dizer à Dilma e ao PT que, sem Lula “o jogo é outro”. Na avaliação dos editorialistas, o partido do vice-presidente havia ensaiado seu primeiro “bote” ao futuro governo, dando motivos de sobra para que Dilma se preocupe com as artimanhas do aliado⁴⁶. Toda esta movimentação do PMDB fez outro editorial do jornal classificá-los como portadores de “apetites imoderados”. A articulista Dora Kramer rotulou a tentativa de criar o “blocão” para pressionar Dilma Rousseff como “coisa de amador”⁴⁷.

Apesar de excluído do núcleo que definia os futuros ministros, o PMDB tinha as suas reivindicações. O *Estadão* publicou que o partido reivindicava manter o mesmo número de seis ministérios que controlava no governo Lula⁴⁸ e a participação na reunião diária das manhãs em

⁴⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 20/11/2010, p. A12 e 17/11/2010, p. A4.

⁴⁵ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 18/11/2010, p. A4.

⁴⁶ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 18/11/2010, p. A3.

⁴⁷ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 12/11/2010, p. A3 e 03/12/2010, p. A6.

⁴⁸ Até então o partido controlava o mesmo número de ministérios: Saúde, Agricultura, Integração Nacional, Comunicações, Minas e Energia e Defesa, além de Henrique Meirelles no Banco Central. Porém, as indicações da Saúde, Defesa e BC eram consideradas como da “cota pessoal” do presidente Lula e não da “cota” do PMDB.

que a presidenta despachava as diretrizes políticas do governo. Publicamente, Michel Temer negava que seu partido tivesse qualquer ânsia por cargos no governo, mas, nas reuniões da equipe de transição, Temer exigia que caberia ao partido indicar os nomes. Eduardo Cunha reforçou a exigência de que as nomeações fossem feitas por “critérios políticos” nos quais o PMDB tivesse total controle e autonomia sobre a “cota” que lhes pertencesse⁴⁹. Os peemedebistas Geddel Vieira Lima e Moreira Franco davam como certas suas indicações para algum ministério.

Conforme os dias avançaram e alguns ministeriáveis eram divulgados ou especulados como muito próximos de serem anunciados, o PMDB, mais uma vez, reclamou. Michel Temer foi o porta-voz da insatisfação dos correligionários. Segundo noticiou o *Estadão*, o vice-presidente declarou que os nomes do partido que eram especulados até então – Nelson Jobim na Defesa e Sergio Côrtes na Saúde – faziam parte da “cota pessoal” da presidenta Dilma e não eram indicações do partido. Assim, o partido continuava esperando por mais cinco ministérios que deveriam ser entregues de “porteira fechada”, isto é, com nomeação do ministro definida apenas pelo PMDB que também teria liberdade para nomear todos os demais escalões da pasta. Nas palavras do jornal, se não fosse assim, estaria “em jogo a governabilidade no mandato de Dilma”⁵⁰.

As reclamações do PMDB acabaram por barrar a nomeação de Sergio Côrtes na Saúde. Ao fim, o partido manteve a mesma cota ministerial do governo anterior: apadrinhado por Lula, Nelson Jobim permaneceu na Defesa; apadrinhados por Temer foram Wagner Rossi, que permaneceu na Agricultura, e Moreira Franco, que ficou com a Secretaria de Assuntos Estratégicos; os apadrinhados de Sarney foram Garibaldi Alves na Previdência, Edison Lobão em Minas e Energia e Pedro Novais no Turismo. O partido perdeu os ministérios da Comunicação e da Saúde⁵¹.

Ainda havia, portanto, a disputa pelos cargos de segundo escalão no governo. O *Estadão* noticiou que os peemedebistas estavam “insatisfeitos” com a divisão ministerial e planejavam “ir a forra na montagem do segundo escalão”. O partido reivindicava a presidência da Petrobrás e todas as suas diretorias, bem como o controle do setor elétrico federal⁵². Era o deputado Eduardo Cunha quem cobrava e distribuía os cargos no setor elétrico. Diante da disposição de Dilma Rousseff em nomear quadros técnicos para as diretorias das estatais, o jornal abriu aspas para

⁴⁹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dias 02/11/2010, p. H2; 04/11/2010, p. A15; 09/11/2010, p. A6 e 14/11/2010, p. A9 e A10.

⁵⁰ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 01/12/2010, p. A4 e 02/12/2010, p. A10.

⁵¹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 02/12/2010, p. A8; 04/12/2010, p. A4 e 08/12/2010, p. A6.

⁵² Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 10/12/2010, p. A10.

uma fonte anônima do PMDB: “Querem tirar nosso oxigênio na política’, afirma um deputado peemedebista, para quem ‘oxigênio’ é sinônimo de verbas orçamentárias e cargos”⁵³.

Na avaliação editorial do jornal, a dificuldade enfrentada pela presidenta Dilma Rousseff na montagem de seu ministério se devia a “herança maldita” do acordo político celebrado pelo lulismo com o peemedebismo. O jornal dá nomes aos “espinhos de Dilma”: Sarney, Calheiros, Temer e seus aliados, para completar com um alerta irônico: “será com isso que Dilma governará”⁵⁴. A articulista Dora Kramer via a aliança em “autocombustão”, enquanto João Bosco Rabello viu o primeiro ministério “com prazo de validade”⁵⁵.

Para encerrar, Michel Temer deu sua terceira entrevista ao jornal no ano. O *Estadão* especulou se o PMDB, insatisfeito com a distribuição de cargos, causaria problemas ao governo em votações no Congresso. Temer respondeu que iria auxiliar o governo na relação com o PMDB, opinou que não haveria grandes dificuldades, mas deixou uma dúvida em forma de alerta e ameaça: “mas de qualquer maneira isso já seria falar sobre o futuro e sobre hipóteses”. Nas respostas, o vice-presidente tentou colar a narrativa de que o partido “não quer ser fisiológico” e que, a partir de primeiro de janeiro, ele não deveria mais ser cobrado como dirigente partidário, mas sim como o vice-presidente de um governo de coalizão⁵⁶.

6. Considerações Finais:

Na tese de André Singer (2012), a vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2010 deu sobrevida ao pacto conservador do lulismo que permitia os avanços sociais sem luta de classes. Em frios números, a nova coalizão governista formou ampla maioria congressual que, teoricamente, prometia tranquilidade à presidenta. Porém, segundo o mesmo autor em tese mais recente (2018), Dilma atuou em duas frentes para acelerar o reformismo lulista, o que significou o rompimento do pacto entre lulismo e peemedebismo por ela herdado. No plano econômico, a “nova matriz” prometia ser mais desenvolvimentista. No plano político, promoveu um “ensaio republicano”, afastando peemedebistas – e políticos de outros partidos do centro aliado – e seus apadrinhados de muitos cargos nos vários escalões do governo federal.

“Minha hipótese é de que Dilma decidira fazer, em seu mandato, o que se poderia chamar de um ‘ensaio republicano’: a limitação do esquema clientelista

⁵³ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 10/12/2010, p. A10 e 30/12/2010, p. A4.

⁵⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 11/12/2010, p. A3 e 16/12/2010, p. A3.

⁵⁵ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 16/12/2010, p. A6 e 19/12/2010, p. A8.

⁵⁶ Jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 15/12/2010, p. A8.

predatório incrustado no aparelho estatal brasileiro. Ao diminuir os setores controlados pelo PMDB, procurou [...] um esforço sistêmico para diminuir o furto do patrimônio público” (2018: 185).

Singer argumenta que este movimento de Dilma causou profunda irritação no pemedebismo, “a cada espanada da faxina dilmista, [Eduardo] Cunha recolhia no Congresso adeptos para a vingança que preparava lentamente” (2018: 189) e a presidenta passou a ser sistematicamente derrotada nas votações no Congresso. Em outra passagem, o autor reafirma: “à medida que Dilma cutucava as onças clientelistas, formava-se no Congresso uma sólida frente antirrepublicana” (2018: 192).

No mesmo sentido, Marcos Nobre escreve que nos primeiros anos de seu mandato, Dilma Rousseff se portou como uma legítima:

“representante do antipemedebismo no coração do sistema político pemedebizado [...] Dilma mobilizou e canalizou a seu favor a ojeriza da sociedade à desfaçatez do sistema político [...] com isso projetou primeiramente uma imagem de uma presidente que ‘não se mistura à baixaria’, que se mantém ‘a salvo da contaminação’. De acordo com a primeira imagem pública que estabeleceu, Dilma não negociava: perdia ou ganhava, vencia ou capitulava. [...] [mas] o pemedebismo pode aceitar certo atraso ou mesmo um parcelamento no pagamento de sua parte do butim. Mas nunca perdoa uma dívida” (2013: 139-140).

A divergência deste artigo está no início cronológico deste “ensaio republicano dilmista” contra o sistema político pemedebista e sua reação congressual. As fontes apresentadas neste texto mostram que esta movimentação já existia antes mesmo da eleição presidencial: Michel Temer não era o nome mais querido por Dilma e pelo PT; sempre houve desconfiança mútua entre as partes; já durante a campanha, o PMDB e aliados flertaram com um bloco para pressionar a presidenta; pemedebistas já estavam ressentidos antes mesmo da votação; a disputa por ministérios, pela presidência das Casas Legislativas e por cargos de segundo escalão entre os meses de novembro e dezembro, escancaram os ressentimentos. Tudo noticiado e comentado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Com todo o seu carisma, o presidente Lula operou dentro do pemedebismo, sempre contornando seus vetos, distribuindo cargos e colhendo aliados. Dilma Rousseff foi eleita para continuar dirigindo o pemedebismo pela esquerda. A questão é que, para além da nova conjuntura econômica, desta vez o pemedebismo não era apenas um “aliado” do governo, mas sim, estava sentado ao lado da presidenta. Uma coisa é dirigi-lo numa relação entre Executivo e

Legislativo. Outra bem diferente era dividir a direção do Estado com um vice-presidente de histórica liderança no pemedebismo. Como o próprio Singer (2018) afirma, que a relação entre PT e PMDB ainda está para ser melhor detalhada, este artigo então levanta uma questão: o que levou o experiente presidente Lula a “presentar” a sua sucessora – inexperiente no trato com o “campo político” – com uma aliança que deu a vice-presidência ao PMDB?

Referências bibliográficas:

- AB'SABER, Tales. Michel Temer e o fascismo comum. São Paulo: Hedra, 2018.
- ALMEIDA, Rodrigo de. À sombra do poder. São Paulo: Leya, 2016.
- CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- GONÇALVES, Mírian (org.). Enciclopédia do golpe: o papel da mídia. Bauru: canal 6, 2018.
- GUILHERME, Cássio Augusto. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*. Revista *Dimensões*, v. 40, junho de 2018.
- GUILHERME, Cássio Augusto. Notas sobre o PMDB na Nova República: a atuação dos pemedebistas entre os governos Sarney e Dilma (1985-2016). Revista *Espaço Acadêmico*, n. 197, outubro de 2017.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MACIEL, Natália. Velhas raposas, Novos Governistas: o PMDB e a Democracia Brasileira. Tese de Doutorado em Ciência Política – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.
- NOBRE, Marcos. Imobilismo em movimento. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2017.
- SINGER, André. *O lulismo em crise*. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- SOUZA, Jessé. *Radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

* * *

Cássio Augusto Guilherme: Professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Artigo recebido para publicação em: Novembro de 2019.

Artigo aprovado para publicação em: Abril de 2020.

Como citar:

GUILHERME. Cássio Augusto. Conflitos e disputas na aliança PT e PMDB na eleição de 2010. *Revista Transversos*. “Dossiê: **Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática**”. Rio de Janeiro, n.º. 18, 2020. pp. 216-235. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528.
DOI: 10.12957/transversos.2020.46527.

